



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010118-76.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Adilson Milhorini**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo c/c pedido liminar, ajuizada por **Adilson Milhorini** contra o **Departamento Estadual de Trânsito- Detran-SP**, objetivando a exclusão, de seu prontuário, das pontuações referentes aos AIT's nº 3 B-605.870- 4 e 3B-605.870-3, sob o fundamento de que vendeu o veículo relacionado com as infrações para Francisco Edmar de Oliveira, em 20/07/2017.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 15/25.

Foi deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela (fls. 26/27).

Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 34/41). Alegou, preliminarmente, ilegitimidade de parte. No mérito, afirma que o autor não efetuou a comunicação de venda no prazo estabelecido no art. 134 do CTB, respondendo, o antigo proprietário, solidariamente, pelas penalidades impostas até a comunicação oficial da transferência. Requer a extinção do processo sem julgamento do mérito ou a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 44/47.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN. Isso porque, de fato, é dele a competência para inclusão ou exclusão de pontuação nos prontuários de condutores, conforme previsão contida no art. 3º, §3º da Portaria 151 do DETRAN: "As modificação ou exclusões de pontuação somente poderão ser realizadas pelos diretores das unidades de transito do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, sob sua exclusiva responsabilidade, utilizando-se as mesmas transações disponibilizadas para tal finalidade, por meio do código e senha de acesso destinados ao sistema de autenticação digital".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mérito, o pedido merece acolhimento.

A regra do art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

No caso em exame, observamos que a tradição do móvel deu-se em 20/07/2017 (fls. 17) e as infrações são posteriores (fls. 16 - 08/08/2017), consequentemente, não pode o autor ser responsabilizado pelas pontuações delas decorrentes.

Assim, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmando a antecipação parcial dos efeitos da tutela, para o fim de determinar a exclusão, do prontuário do autor, das pontuações decorrentes dos Autos de Infração de Trânsito nºs 3 B-605.870- 4 e 3B-605.870-3.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

P. I.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**